



ALVITO
MUNICÍPIO

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento n.º CP 02/2025

Consulta prévia

Aquisição de serviços

**Aquisição de serviços para manutenção dos espaços
verdes no concelho de Alvito**



Índice

Cláusula 1. ^a - Objeto	
Cláusula 2. ^a - Preço base	
Cláusula 3. ^a - Contrato	
Cláusula 4. ^a - Prazo	
Cláusula 5. ^a – Obrigações principais do prestador de serviços	
Cláusula 6. ^a - Forma da prestação do serviço	
Cláusula 7. ^a - Trabalhadores afetos à prestação do serviço	
Cláusula 8. ^a - Conformidade e Garantia Técnica	
Cláusula 9. ^a - Deveres de Informação	
Cláusula 10. ^a - Especificações técnicas	
Cláusula 11. ^a - Objeto do dever de sigilo	
Cláusula 12. ^a - Prazo do dever de sigilo	
Cláusula 13. ^a - Dever de proteção de dados	
Cláusula 14. ^a - Seguros	
Cláusula 15. ^a - Preço contratual	
Cláusula 16. ^a - Revisão / atualização de preços	
Cláusula 17. ^a - Condições de pagamento	
Cláusula 18. ^a - Fatura eletrónica	
Cláusula 19. ^a - Execução do contrato	
Cláusula 20. ^a - Responsabilidades	
Cláusula 21. ^a - Penalidades	
Cláusula 22. ^a - Força maior	
Cláusula 23. ^a - Resolução por parte do adjudicante	
Cláusula 24. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços	
Cláusula 25. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	
Cláusula 26. ^a - Comunicações e notificações	
Cláusula 27. ^a - Foro competente	
Cláusula 28. ^a - Caução	
Cláusula 29. ^a - Contagem dos prazos	
Cláusula 30. ^a - Casos Omissos	
Cláusula 31. ^a - Gestor do Contrato	
Cláusula 32. ^a - Legislação aplicável	
Anexo I - cláusulas técnicas	
1. Identificação dos locais de prestação do serviço	
2. Classes de espaços	
3. Condições da prestação do serviço	
4. Responsabilidades do adjudicatário	
5. Responsabilidades da entidade adjudicante	
6. Periodicidade do serviço	
7. Aferição dos trabalhos executados	
8. Fase de conservação e manutenção dos espaços	
9. Pessoal	
Mapa das áreas afetas a prestação de serviços	

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal, uma aquisição de serviços para manutenção dos espaços verdes no concelho de Alvito.

Cláusula 2.ª

Preço base

No âmbito do presente procedimento, o preço máximo que a Câmara Municipal de Alvito se dispõe a pagar pela prestação de serviços, objeto do mesmo, é de **41.160,00€** (quarenta e um mil, cento e sessenta euros), valor sem IVA incluído.

Cláusula 3.ª

Contrato

1 - O contrato, que será reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - O prestador de serviços obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.



Cláusula 4.ª
Prazo

1 - A prestação dos serviços inicia-se com a assinatura do contrato e mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

2 - O contrato só entrará em vigor a partir do momento em que é publicitado no portal dos contratos públicos, nos termos do artigo 127.º do CCP.

Cláusula 5.ª
Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o prestador de serviços, as seguintes obrigações:

- a. Obrigação de garantir um serviço de qualidade;
- b. Executar a prestação de serviços em causa, conforme a sua proposta dentro do âmbito do contrato e durante o período de vigência do mesmo;
- c. Comunicar à Câmara Municipal de Alvito qualquer ocorrência anómala resultante da execução da prestação de serviços;
- d. Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
- e. Prestar as informações que lhe sejam solicitadas pela Câmara Municipal de Alvito;
- f. Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços;
- g. Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da Câmara Municipal de Alvito;

2 - Constituem ainda obrigações do prestador de serviços:

- a) Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- b) Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do cocontratante ou por este gerido em primeira linha;



- c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
- e) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Alvito;
- f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- i) Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, técnicos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6ª

Forma da prestação do serviço

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador dos serviços fica obrigado a manter comunicação com a Câmara Municipal de Alvito, através de interlocutor a identificar após o ato de adjudicação, cabendo-lhe a gestão corrente do contrato celebrado, devendo alertar a Câmara Municipal de Alvito de quaisquer circunstâncias anormais de execução contratual que venha a constatar.

Cláusula 7ª

Trabalhadores afetos à prestação do serviço

1 - Os trabalhadores afetos à prestação de serviços cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.

2 - Os trabalhadores afetos a prestação de serviços cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da concessão.

3 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.

4 - O disposto nos números 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da prestação de serviços.

Cláusula 8.ª

Conformidade e Garantia Técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Deveres de Informação

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 10ª

Especificações técnicas

As especificações técnicas relativas à presente prestação de serviços estão apresentadas no Anexo I deste Caderno de Encargos e dele faz parte integrante.

Cláusula 11.ª

Objeto do dever de sigilo

1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Alvito, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.ª

Dever de proteção de dados

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – Regulamento (EU) 2016/679, de 27/04.

2. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo prestador de serviços, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

3. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

4. A Câmara Municipal de Alvito, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o prestador de serviços para demonstrar o seu total cumprimento no prazo de 5 dias.

5. Caso o prestador de serviços não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Câmara Municipal de Alvito fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do mesmo, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.

6. No caso previsto no número anterior, a Câmara Municipal de Alvito deverá compensar os custos suportados com eventuais quantias devidas ao prestador de serviços, nomeadamente através do acionamento da caução (caso esta tenha sido prestada) ou do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.

7. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do prestador de serviços, este deverá, no prazo de 10 dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Câmara Municipal de Alvito.



8. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo ser conferida à Câmara Municipal de Alvito a possibilidade de resolução do mesmo.

9. Caso o prestador de serviços impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 5 da presente cláusula, a Câmara Municipal de Alvito poderá resolver o contrato por incumprimento muito grave do prestador de serviços.

Cláusula 14.ª
Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes à prestação do serviço que integram o objeto do presente procedimento.
2. A Câmara Municipal de Alvito pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

Cláusula 15.ª
Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Alvito deverá pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2 - O preço referido no número anterior da presente cláusula, incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Alvito, incluindo despesas de comunicação, alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, necessários ao desenvolvimento da prestação de serviços.

Cláusula 16.ª
Revisão / atualização de preços

Os preços constantes da proposta adjudicada não serão revistos durante a vigência do respetivo contrato.

Cláusula 17.ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Alvito, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela Câmara Municipal de Alvito da respetiva fatura, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Alvito, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os

respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão da fatura corrigida.

3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, devendo o prestador de serviços indicar o IBAN para o efeito.

Cláusula 18.ª
Fatura eletrónica

No âmbito da execução do presente contrato, o prestador de serviços fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, a emitir faturas eletrónicas.

Clausula 19.ª
Execução do contrato

1 - As situações constituídas entre as partes devem ser exercidas e cumpridas de boa-fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da lei.

2 - Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao prestador de serviços a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a Câmara Municipal de Alvito.

3 - As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 20.ª
Responsabilidades

1 - O prestador de serviços responde perante a Câmara Municipal de Alvito por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos serviços objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2 - Do mesmo modo, o prestador de serviços responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.

3 - Se a Câmara Municipal de Alvito vier a ser demandada por terceiros por prejuízos causados pelo prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4 - Correm inteiramente por conta do prestador de serviços a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 21ª
Penalidades

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da sua gravidade, sendo que individual ou cumulativamente não poderá exceder 20% do preço contratual.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a Câmara Municipal de Alvito pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.

4 - Nos casos em que seja atingido o limite de 20% previsto no n.º 1 e o contraente decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

6 -As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22ª
Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 23ª

Resolução por parte do adjudicante

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do prestador de serviços, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à Câmara Municipal de Alvito proceder à resolução do contrato, devendo para o efeitos transmitir a sua decisão por escrito.
- 2 - A resolução do contrato produz efeitos a partir da data que se fixar na respetiva notificação, sendo que esta data não poderá ser anterior à data da receção, pelo destinatário, da referida notificação.
- 3 - A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridos durante a execução do contrato.

Cláusula 24ª

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 25ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 26ª

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 28.ª

Caução

Não é obrigatória a prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 29.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.ª

Casos Omissos

Os casos omissos resultantes deste Caderno de Encargos serão resolvidos, pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulamentado na legislação portuguesa.

Cláusula 31.ª

Gestor do Contrato

- 1 - A Câmara Municipal de Alvito designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.
- 2 - O prestador de serviços deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a Câmara Municipal de Alvito representada pelo gestor do contrato e o prestador de serviços.
- 3 - Para efeitos do cumprimento do exercício das funções do gestor do contrato o prestador de serviços deverá disponibilizar os contactos telefónicos e o endereço eletrónico do representante por si nomeado.



4 - O prestador de serviços está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 - Caso se verifiquem situações anómalas na execução do contrato e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o *prestador de serviços* notificado para regularização imediata das mesmas sob pena de entrar no regime de incumprimento do contrato.

Cláusula 32ª
Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.



Anexo I - Cláusulas Técnicas

Este procedimento tem por objeto a prestação de serviços de manutenção de espaços verdes, por forma a possibilitar o uso mais ou menos intenso dos mesmos, mantendo a sua boa aparência.

10. IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Local	Espaço a Intervencionar	Tarefas
ALVITO	Barreira de S. Sebastião	Corte de Relva
	Jardins do Adro Igreja Matriz	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Jardim do Pula	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Tapada do Lucas	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Bairro Padre Américo	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Bairro Trimonte	Aplicação de Relva Sintética
	Jardim Junto ao Castelo	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Escola de Alvito EBI+JI	Corte Relva e limpeza de Canteiros Aplicação de algumas áreas Relva Sintética
VILA NOVA DA BARONIA	Jardim Junto Igreja Stº António	Corte Relva
	Bairro da Cardosa	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Largo General Humberto Delgado	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Bairro Dr. Casaca Sim Sim	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Horta da Cavalinha	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Envolvente da Casa do Povo	Corte Relva e limpeza de Canteiros
	Ilha junto à Fonte da Bica	Corte Relva
	Escola Básica do 1º Ciclo	Corte Relva

11. CLASSES DE ESPAÇOS

Os espaços foram estudados em função da sua localização e contacto com o público, assumindo-se os espaços existentes perto dos centros urbanos como as áreas a preservar de uma forma mais aprofundada.

Assim, definiram-se 3 Classes de Espaços:

- **MI** – de exploração MUITO INTENSA e que corresponde aos espaços de entrada ou onde a imagem terá de ser muito cuidada (mínimo de 2 em 2 dias);
- **IN** – onde a exploração, embora exigente, será INTENSA (mínimo 2 vezes por semana)
- **NO** – espaços de exploração NORMAL (mínimo 1 vez por semana)



Local	Espaço a Intervencionar	Classe
ALVITO	Barreira de S. Sebastião	IN
	Jardins do Adro Igreja Matriz	MI
	Jardim do Pula	IN
	Tapada do Lucas	NO
	Bairro Padre Américo	NO
	Bairro Trimonte	NO
	Jardim Junto ao Castelo	MI
	Escola de Alvito EBI+JI	IN
	Jardim Junto Igreja Stº António	NO
VILA NOVA DA BARONIA	Bairro da Cardoso	IN
	Largo General Humberto Delgado	MI
	Bairro Dr. Casaca Sim Sim	IN
	Horta da Cavalinha	IN
	Envolvente da Casa do Povo	IN
	Ilha junto à Fonte da Bica	NO
	Escola Básica do 1º Ciclo	IN

12. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação do serviço visa a manutenção dos diversos espaços, nomeadamente a reposição de terra vegetal, a colocação de material vegetal e a reparação da rede de rega, incluindo reparação de roturas, independentemente da sua origem, incluindo vandalismo, exceptuando-se aqui, os danos provocados por obras da responsabilidade da autarquia ou outra entidade por ela mandatada.

13. RESPONSABILIDADES DO ADJUDICATÁRIO

13.1. Em relação à substituição de acessórios e relativamente a prejuízos decorrentes da ação do adjudicatário, serão da responsabilidade do mesmo a aquisição de material e a respetiva colocação, tendo em vista a reposição das condições normais de funcionamento.

13.2. Nas áreas a manter, será obrigação do adjudicatário proceder a todas as reparações necessárias nos sistemas de rega existentes, para que os mesmos se

encontrem permanentemente a funcionar em pleno, ficando por sua conta todos os trabalhos de mão-de-obra.

13.3. O adjudicatário deverá zelar pela eficiência ambiental, prevenindo e combatendo de forma célere perdas de água.

13.4. A aquisição e fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas, combustíveis e todos os demais consumíveis serão da responsabilidade do adjudicatário, bem como a arrecadação dos mesmos.

13.5. O adjudicatário terá que disponibilizar, por zona, todo o equipamento/maquinaria que julgue necessário à boa execução da prestação do serviço.

13.6. A remoção, transporte e deposição final de resíduos (na zona de compostagem da Câmara Municipal, no caso de materiais vegetais sobrantes; e no aterro da AMCAL, no caso de entulhos, lixo e outros materiais não aptos para compostagem) dos trabalhos em questão, será da inteira responsabilidade do adjudicatário.

13.7. Constitui obrigação do adjudicatário, no fim do contrato, deixar o espaço tal como lhe foi entregue, procedendo às reparações que porventura venham a ser necessárias.

13.8. Ficam por conta do adjudicatário todos os trabalhos de mão-de-obra, na totalidade das intervenções alvo do presente concurso.

14. RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

14.1. O fornecimento de água fica por conta da Câmara Municipal, não implicando quaisquer encargos para o adjudicatário.

14.2. O material vegetal estará a cargo da Câmara Municipal (fornecimento e custo), não implicando qualquer encargo para o adjudicatário, ficando, contudo, a expensas deste, todos os trabalhos de mão-de-obra.

14.3. O fornecimento dos elementos de rega estará a cargo da Câmara Municipal, não implicando qualquer encargo para o adjudicatário, salvo se a necessidade de

substituição resultar de danos provocados por ação direta do pessoal afeto a si, sendo, neste caso, os custos integralmente da responsabilidade do prestador de serviços.

15. PERIODICIDADE DO SERVIÇO

A periodicidade da prestação de serviço a considerar é de segunda a sexta-feira (dias úteis), em horário diurno.

Os trabalhos a executar, não implicam qualquer subordinação hierárquica nem cumprimento de horário de trabalho para a execução dos mesmos, bem como se revela inconveniente recorrer a qualquer modalidade de vínculo de emprego público, dado tratar-se de um tipo de serviço específico a efetuar consoante as necessidades do Município.

16. AFERIÇÃO DOS TRABALHOS EXECUTADOS

16.1. Mensalmente, e mediante aviso prévio realizado por parte dos serviços da UNOSUA, efetuar-se-á uma visita a todos os locais afetos à prestação de serviço, em conjunto com um representante ou responsável da empresa prestadora de serviços para verificação da conformidade da execução dos trabalhos com o solicitado no procedimento.

16.2. Observando-se a morte ou grave danificação, quer de qualquer das espécies vegetais existentes (árvores, arbustos) quer de áreas de relva e/ou de herbáceas, por manifesta e visível falta de manutenção das mesmas ou por incúria por parte do adjudicatário, fica este obrigado a proceder à sua substituição e/ou reposição, ficando também por sua conta todos os encargos correspondentes.

17. FASE DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS

Deverá o adjudicatário proceder à execução das tarefas abaixo discriminadas, bem como de outras que julgue necessárias através do cruzamento do conjunto de definições gerais adiante descritas como Fichas Identificativas dos Espaços a interencionar/Caracterização dos Trabalhos a realizar.

17.1. Arbustos

Deverão manter-se com boa aparência, mantendo a sua forma natural. As podas só deverão ser efetuadas no período de redução da atividade vegetativa e quando estritamente necessário, em conformidade com o tipo de espécie.

Em locais onde a condução de sebes seja feita através da poda da espécie, a periodicidade da mesma deverá respeitar os ritmos de crescimento versus capacidade de resposta fisiológica da referida.

Nas zonas com rega manual, esta deverá ser efetuada em dias alternados.

Todas as áreas arbustivas deverão estar permanentemente limpas de quaisquer objetos, resíduos e lixo indiferenciados existentes, com o objetivo de melhorar o enquadramento estético e contribuir para o equilíbrio vegetal das mesmas.

17.2. Herbáceas

- As regas deverão ser efetuadas com a frequência e intensidade necessárias para manter as floreiras e os maciços em bom estado, preferencialmente no início da manhã ou final da tarde.
- Todos e quaisquer objetos ou resíduos existentes nos espaços preenchidos com herbáceas deverão ser removidos de forma regular, como forma de melhorar o enquadramento estético e contribuir para o equilíbrio vegetal das mesmas.

17.3. Relvados

- Deverão ser efetuados cortes regulares, para que a altura do relvado não exceda os 3 a 4 cm. A relva cortada deverá ser retirada imediatamente da superfície do relvado e transportada a vazadouro.
- A relva deverá apresentar uma cor verde homogênea, boa vitalidade e sem “carecas”.
- Os relvados terão que estar permanentemente isentos de infestantes, o que irá implicar mondas frequentes.

As regas deverão ser efetuadas com a frequência e intensidade necessárias para manter os relvados em bom estado vegetativo, preferencialmente no início da manhã ou final da tarde, 3 vezes por semana.

Deverão ser efetuados tratamentos fitossanitários preventivos, contra pragas e doenças.

Deverão ser efetuadas tantas adubações quanto as necessárias, para a obtenção de um relvado com boa aparência.



Todas as áreas relvadas deverão estar permanentemente limpas de quaisquer objetos, resíduos e lixos indiferenciados existentes, com o objetivo de melhorar o enquadramento estético e contribuir para o equilíbrio vegetal das mesmas.

17.4. Mondas

As operações de monda deverão ser cíclicas, incidindo sobre as várias áreas existentes e têm como objetivo retirar toda a massa vegetal estranha, que compete diretamente com a estrutura vegetal que se pretende manter.

Nas caldeiras das árvores, a operação deverá contribuir para a limpeza destes locais como forma de garantir a eficiência da rega. Para o efeito, deverá ser executada a retirada manual de todas as ervas que normalmente se acumulam nestes locais.

Nos relvados, a operação deverá ser executada periódica e manualmente, podendo em casos devidamente justificados, em termos culturais, fazer apelo à utilização de químicos que extensivamente eliminarão as ervas consideradas daninhas.

17.5. Verificações

Consideram-se “verificações” todos os trabalhos que envolvam a observação periódica do estado de todo o material vegetal, e também do estado de funcionamento de todas as infraestruturas e/ou equipamentos que integrem o jardim ou espaço verde. Para o efeito considera-se que as verificações deverão incidir sobre os seguintes espaços ou infraestruturas:

1. Material vegetal - observando-se a morte ou grave danificação de qualquer das espécies existentes (árvores, arbustos e herbáceas), deverá tal facto ser comunicado de imediato à UNOSUA que após avaliação, autorizará o corte ou remoção, nos termos do presente Caderno de Encargos.

2. Sistemas de rega - observando-se o estado de funcionamento dos mesmos ao nível dos sistemas de comando, controle, condução e distribuição. A verificação deverá ser executada através do acionamento do sistema, com a comunicação imediata à UNOSUA do conjunto de anomalias ou faltas verificadas no mesmo.

18. PESSOAL

18.1. Após a adjudicação da prestação de serviço e antes do início dos trabalhos, deverá ser discriminada pelo adjudicatário a lista nominal (por zona e por espaço) do pessoal operacional que estará afeto à prestação de serviços. Sempre que se verificar alguma alteração na constituição da equipa operacional, mesmo que pontual ou temporária, o adjudicatário terá que obrigatoriamente, comunicar o facto à UNOSUA antecipadamente (se planeada) ou no prazo máximo de 24 horas, e por escrito.

18.2. O número de pessoal operacional será o que o adjudicatário entender necessário, para a boa manutenção de todos os espaços.

18.3. O pessoal operacional deve ter a robustez física necessária para o cargo, devendo ainda possuir conhecimentos adequados ao desempenho das suas funções.

18.4. O pessoal afeto à prestação de serviço terá de se apresentar com vestuário de trabalho limpo, adequado ao tipo de serviço e condições climatéricas (verão/inverno). Na farda, terá de constar em local bem visível a inscrição "ao serviço da Câmara Municipal de Alvito", bem como a respetiva identificação (nome e identificação da empresa).

18.5. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregue na prestação de serviço, devendo ser igualmente assegurados os requisitos para prevenção da higiene, saúde e segurança no trabalho. Sobre este pessoal, o adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições regulamentares em vigor sobre acidentes e medicina no trabalho, sendo da sua responsabilidade os encargos que daí advenham.

18.6. Sempre que a Câmara Municipal de Alvito o solicite, o adjudicatário apresentará apólices de seguro contra acidentes de trabalho de todo o pessoal a seu cargo.

18.7. O adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal afeto à prestação de serviço e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente de trabalho.



ALVITO
MUNICÍPIO

Contratação Pública de Empreitadas, Bens e Serviços
Procedimento n.º CP 02/2025

MAPA DAS ÁREAS AFETAS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Freguesia de Alvito:





1 – Barreira de São Sebastião



2 – Jardim do Adro da Igreja Matriz e Tapada do Lucas





3 – Jardim do Pula, Bairro Padre Américo e envolvente do depósito



4 – Bairro Trimonte



5 – Escola EBI/JI Alvito e acesso piscina





6 – Espaço verde junto ao Castelo



7 – Espaço verde junto à Igreja de Santo António





Freguesia de Vila Nova da Baronia:





8 - Bica Nova, Jardim Dr. Casaca Sim Sim e Largo General Humberto Delgado



9 – Horta da Cavalinha e Bairro da Cardoso





10 - Escola Básica do 1º Ciclo e espaço verde da Envolvente da Casa do Povo



Alvito, 11 de fevereiro de 2025.

O Presidente da Câmara,